

## Editorial

### Dossiê Cultura e Universidade

O *locus* da cultura nas universidades vem sendo debatido pelos gestores, docentes, pesquisadores, técnicos e discentes, mais notadamente a partir da primeira década do século XXI. As Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES tem o compromisso social no desenvolvimento educacional e científico no Brasil, mas também no campo de produção cultural, democratizando o acesso aos bens culturais e criando mecanismos de salvaguarda do patrimônio material e imaterial brasileiro, sendo um espaço de criação, produção, difusão, fruição, circulação de cultura. Por sua natureza, a Universidade como instituição se constitui pelo acúmulo cultural de organização do conhecimento e da ciência, mas também tem o compromisso com o novo, a partir das resoluções de problemas que emergem do contexto histórico, em perspectiva de amalgamar os elementos da tradição cultural e científica com os das culturas emergentes e de inovação.

Partindo do entendimento da cultura como elemento constitutivo destas instituições e como campo formativo transversal que perpassa o ensino, a pesquisa e a extensão, o debate sobre o tema tem apontado para a necessidade urgente de políticas públicas efetivas a fim de garantir o direito à cultura outorgado pela Constituição Federal de 1988.

A carta magna brasileira expressa no artigo 215 que é dever do Estado garantir a todas pessoas o exercício pleno

dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, bem como apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Ainda, a lei maior brasileira aponta nos parágrafos 1º e 2º para a proteção das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. No âmbito da educação superior pública, a Constituição Federal estabelece a garantia da gratuidade e da qualidade do ensino como direito e suas propostas pedagógicas e projetos de pesquisa e extensão, por meio do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, têm o dever de contribuir com o desenvolvimento da sociedade em variados níveis: humano, científico, cultural e social.

Por outro lado, a produção e gestão cultural no Brasil são tarefas difíceis devido a falta de investimentos e de uma Política Cultural longeva: o Ministério da Cultura - MinC foi separado do Ministério da Educação em 1985, a partir da sua estruturação autônoma passou por diversas mudanças organizacionais desde a sua criação e atualmente esta pasta tem status de Secretaria. Outro ponto observado é que, apesar da necessidade de se ter uma estrutura governamental exclusiva para a Cultura para o fortalecimento e crescimento do setor, a separação desses ministérios, de certa forma, provocou uma desarticulação entre Educação e Cultura.

Com a eleição do Partido dos Trabalhadores para Presidência do Brasil em 2002, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social das populações desfavorecidas economicamente e para a democratização

do acesso à educação e à cultura foram implementadas. No âmbito das políticas culturais, um marco legal do período de 2003-2016, que compreende a gestão do Partido dos Trabalhadores até o golpe midiático parlamentar, se deu com a Emenda Constitucional nº 48/2005 que estabeleceu o Plano Nacional de Cultura<sup>1</sup>, de duração plurianual, com vistas ao desenvolvimento cultural do País. Por meio de políticas públicas estruturantes, o extinto Ministério da Cultura criou agenda de integração das ações do poder público para a defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, assim como a produção, a promoção e a difusão de bens culturais, democratizando o acesso aos bens culturais e a valorização da diversidade étnica e regional da cultura brasileira para a formação de pessoal qualificado para a gestão cultural no Brasil em suas múltiplas dimensões.

Naquele momento, o governo federal induziu diversas ações para fortalecimento da cultura em variados âmbitos, como Seminário Cultura para Todos, Agenda 21, Programa Cultura Viva, além das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Cultura. As práticas e as atividades culturais são tratadas como manifestações, conhecimentos e modos de vida tradicionais, sendo que a política cultural para ser implementada, deve valorizar, de forma articulada, as três dimensões da cultura: a simbólica, a cidadã e a econômica.

Entre os anos de 2005 a 2010, quando o Plano Nacional de Cultura foi publicado, por meio da Lei No 12.343 de 01

---

<sup>1</sup>Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm). Acesso em 07 set.2021.

de dezembro de 2010, que também instituiu o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, logo em seu art.1º busca assegurar princípios como a liberdade de expressão, criação e fruição; a diversidade cultural; o respeito aos direitos humanos; o direito de todos à arte e à cultura; o direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; o direito à memória e às tradições; a democratização das instâncias de formulação das políticas culturais, entre outros.

Em 2007, com a política de expansão das Universidades Públicas Federais por meio do Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que teve como objetivo fomentar o crescimento do ensino superior público nas esfera federal, a partir da criação de condições para que as universidades federais promovessem expansão física, acadêmica e pedagógica. Além da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação; do aumento do quadro de pessoal de servidores docentes e técnicos; dos investimentos em estrutura física para a recepção de novos alunos, houve aumento nos investimentos no campo da cultura, tanto na criação de novos equipamentos culturais quanto na estruturação de quadro pessoal técnico especializado.

No âmbito da Universidade Federal de Goiás, o reflexo desta política foi a criação da Coordenação de Cultura, atual Direção de Cultura, no ano de 2009, que tem como uma das tarefas a proposição de políticas que articulem o pensar e o fazer cultural como o Projeto Música no Câmpus - UFG (2009-2021), Cine UFG e Mostra Cultural do Conpeex -

Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG (2008-2021); a gestão e criação de programação contínua do Centro Cultural UFG (2010-2021); Semana de Arte e Cultura da UFG (2019), Rotas de Cultura e Ciência UFG (2019-2021); Portal Repositório Digital - Rotas do Conhecimento (2020-2021) e projetos em parceria junto às esferas governamentais como SBPC Cultural (2011); Teia Goiás - Fórum Goiano dos Pontos de Cultura e Conferência Livre de Cultura (2013) em parceria com a Secretaria de Diversidade Cultural - Minc; Observatório de Economia Criativa Goiás (2014-2016) e Implementação e Monitoramento do Programa de Ocupação dos Centros de Artes e Esportes Unificados (2015-2016), ambos com a Secretaria de Economia Criativa - Minc; Cinemas em Rede com Rede Nacional de Pesquisa - RNP (2014-2019); Plataforma Acervo: Inventário, Gestão e Difusão do Patrimônio Museológico em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram (2018-2021), entre outros projetos.

Em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Cultural de que apontam universidades como formuladora de cultura a partir do princípio de democratização das instâncias de formulação das políticas culturais, e do entendimento que as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) no Brasil são plataformas culturais (Cruvinel, 2021)<sup>2</sup> que formam Redes de Cultura, por meio dos seus quadros técnicos - corpo docente e técnico-administrativo

---

<sup>2</sup>CRUVINEL, Flavia Maria. Redes de Culturas e I Forcult Centro-Oeste: Trabalho Colaborativo na Construção de Políticas Culturais nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil. In: Anais do XVII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. v.2. Salvador: UFBA. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132308.pdf> Acesso em: 19 out. 2021.

permanente e qualificado, da sua comunidade interna e externa e dos seus parceiros, e por isso, podem e devem contribuir para a formulação de políticas públicas no âmbito da cultura e fomentar espaços de partilhas para o debate, a crítica, a criação, a produção, a fruição, a difusão e a circulação de cultura, a Direção de Cultura da Universidade Federal de Goiás passou a desempenhar o papel de articuladora de agentes e de instituições.

A Universidade Federal de Goiás investe na criação de instâncias de diálogo e compartilhamento interinstitucionais, mais notadamente por meio da sua participação no Comitê Coordenador da Comissão de Produção Artística e Cultura da Associação de Universidades Grupo Montevideu - AUGM (2020-2021); na Coordenação da Rede de Cultura das Instituições de Ensino Superior de Goiás (2018-2021); na Coordenação do Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras - Forcult (2020-2021), além da coordenação de I e II do Forcult Centro-Oeste (2020 e 2021) denotam a necessidade de reflexão acerca do papel da Cultura nas Universidades e a propositura de ações que reflitam em políticas culturais concretas.

Necessário se faz destacar a criação da Rede de Cultura das Instituições de Ensino Superior de Goiás, a partir do Grupo de Trabalho Cultura, instituído no Fórum das Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás - FIPES-GO, coordenado pela Universidade Federal de Goiás em 2018. Após quase dois anos de trabalho, a rede foi criada a partir de Protocolo de Intenções UFG 002/2020,

com validade de 5 anos, tendo como objetivo o desenvolvimento de ações integradas entre as instituições por meio da implementação da Rede de Cultura IPES -GO,

no sentido de viabilizar políticas culturais que envolvam gestão, produção, difusão, circulação, preservação dos bens culturais, em articulação com municípios do Estado de Goiás. Partícipes: UFG, Universidade Federal de Catalão, Universidade Federal de Jataí, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Universidade Estadual de Goiás. (BRASIL, DOU, 3 de agosto de 2020, seção 3, p. 71).

A criação do Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior – Forcult no ano de 2017, a partir do desejo de se ter uma instância colegiada para formulação de políticas culturais nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, sobretudo as públicas, aponta para um avanço das políticas culturais das instituições envolvidas.

O compartilhamento de concepções e diretrizes, bem como de instrumentos norteadores de ações culturais nas Instituições Públicas de Ensino Superior como políticas culturais, planos de cultura institucionalizados, documentos, editais, projetos pedagógicos que apontam para a inserção da cultura no currículo, dentre outros, é precípuo para o fortalecimento da cultura nas universidades.

Com base no exposto, a proposta do Dossiê "Cultura e Universidade" tem o objetivo de contribuir com as discussões e reflexões atuais acerca do locus da cultura como formação, identidade e conhecimento transversal no contexto universitário, bem como as Instituições de Ensino Superior como formuladoras de políticas culturais.

Os artigos apresentados neste dossiê tratam de temas atuais do campo da produção cultural em diálogo com as políticas culturais instituídas ou emergentes nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil e na esfera internacional, mas precisamente no Uruguai, no Chile e em Portugal. É esperado que o Dossiê Cultura e Universidade contribua com as reflexões acerca da centralidade da cultura nesses espaços formativos e com a defesa da cultura como campo de investimento vital em um Estado Democrático de Direito e como basilar para a formação humana e cidadã.

Boa leitura!

**Profª Drª Flavia Maria Cruvinel<sup>3</sup>**

Universidade Federal de Goiás (UFG)

---

<sup>3</sup> Pró-Reitora Adjunta de Extensão e Cultura e Diretora de Cultura da Universidade Federal de Goiás. Docente da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás.